

## 2

# Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que querem que sejamos e o que queremos ser

*Bruno De Conti*<sup>1</sup>

*Nicholas Blikstad*<sup>2</sup>

*The Chinese century is not at the beginning of the end; it is at the end of the beginning.*

Hu Angang (2015)

Nenhuma discussão rigorosa sobre a dinâmica da economia mundial pode hoje negligenciar a importância da China. Outrora restrita aos aspectos relativos ao comércio internacional, essa importância perpassa hoje os temas das finanças, da tecnologia, da moeda, do poder bélico e mesmo da cultura. Basta dizer que a economia chinesa é atualmente a segunda maior do mundo, seu crescimento é há anos um dos principais motores da economia global,

---

1 Professor do IE/Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (Cecon/IE/Unicamp).

2 Doutorando do IE/Unicamp e pesquisador do Cecon/IE/Unicamp. Os autores agradecem os comentários e sugestões dos participantes do seminário “Para além da política econômica” e, sobretudo, a atenta leitura crítica de Isabela Nogueira de Moraes e Marcos Vinícius Chilliato Leite, comentadores deste texto no referido seminário. Os equívocos remanescentes são, contudo, de inteira responsabilidade dos autores.

sua moeda é aquela cuja participação no Sistema Monetário Internacional cresce de forma mais acelerada, além de outras constatações abundantemente destacadas pelas análises acadêmicas e pela grande mídia.

Em decorrência disso, nenhuma discussão rigorosa sobre qualquer economia nacional do globo pode tampouco prescindir, hoje, da análise da economia chinesa e de seus efeitos – diretos e indiretos – sobre o país em questão. Para países periféricos, essa necessidade é ainda maior, já que suas economias são historicamente sensíveis aos movimentos da economia mundial. Esse é exatamente o sentido do presente artigo, que tem o objetivo de analisar o padrão de crescimento chinês e suas mudanças recentes, com o intuito último de jogar luz sobre seus impactos na economia brasileira.

Muitas análises já foram feitas sobre o papel do chamado “efeito China” no período de euforia da economia brasileira (2003-2010). No entanto, ainda não são tão frequentes os estudos que vinculam a desaceleração e, posteriormente, a crise brasileira atual às dinâmicas da economia internacional. Com propósitos políticos ou não, há mesmo estudos que explicam a crise pela qual o Brasil passa hoje por razões meramente internas, ou seja, por erros do governo de Dilma Rousseff. A hipótese subjacente ao presente texto é a de que a crise atual deve ser explicada por equívocos dos últimos governos, mas também por fragilidades estruturais da economia brasileira e pela situação da economia internacional. Adicionalmente, sugere-se aqui que algumas dessas fragilidades estruturais da economia brasileira foram acentuadas no período recente, amplificando sua suscetibilidade às intempéries globais. E o aprofundamento dessas fragilidades esteve vinculado justamente às dinâmicas engendradas pela economia internacional, em especial a chinesa, e, paradoxalmente, à euforia que essas dinâmicas ajudaram a criar no Brasil.

Para desenvolver a linha de raciocínio que conduz às conclusões acima esboçadas, o artigo conta, além desta introdução, com três seções adicionais. A primeira seção concentra-se na dinâmica da economia chinesa no século XXI, apresentando as mudanças recentes no padrão de crescimento (nomeadamente, no ritmo e nos vetores de dinamismo) e seus desafios de curto e médio prazo; na segunda seção, são analisados os impactos – diretos e indiretos – dessa trajetória da economia chinesa sobre o Brasil; na sequência, são tecidas algumas considerações finais.

## A dinâmica da economia chinesa no século XXI: crescimento econômico e mudança dos vetores de dinamismo

O século XXI começa com um relevante acontecimento para a China – e para o mundo –, qual seja, a entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC). A presente seção analisa o período compreendido entre esse importante marco – que tem caráter formal, mas também consequências concretas, como se verá – e o momento atual, ou seja, 2001 a 2016. O objetivo da seção é analisar o desempenho econômico chinês no período em tela, discorrendo também sobre os desafios futuros para a economia chinesa.<sup>3</sup>

O período anterior à crise financeira global foi marcado pela aceleração do crescimento chinês, que passou de 8,3% em 2001 para 14,2% em 2007. Com a eclosão da crise, em 2008, iniciou-se uma tendência de queda dessa taxa, que chegou a 6,9% em 2015 (ver Gráfico 1).

O aumento da participação do PIB chinês no PIB mundial (Gráfico 1) no período em tela explicita a importância que os rumos da economia desse país possuem para o restante do mundo. Em apenas quinze anos, o produto chinês saltou de meros 4% para impressionantes 15,2% do produto global.

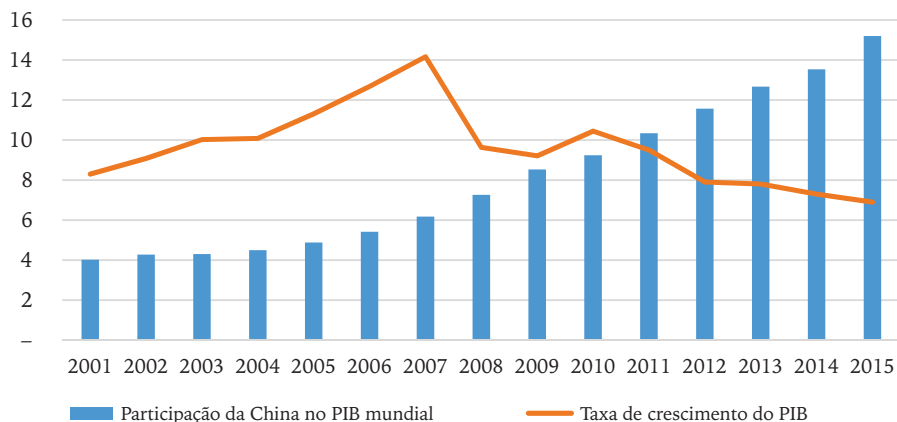
Diante do incrível dinamismo da economia chinesa nesses últimos quinze anos, deve-se identificar os principais vetores desse crescimento e seus possíveis limites, que se tornaram mais claros no atual contexto de crise global. Para tanto, é importante também analisar a construção e a evolução de certos desequilíbrios na economia chinesa nesse início de século. Segundo Zhang (2016), o país vive hoje a necessidade de reequilíbrios em duas frentes,<sup>4</sup> a serem analisados na próxima subseção: i) reequilíbrio interno, relativo

---

3 O extraordinário desempenho econômico chinês no século XXI só pode ser compreendido à luz de uma atenta análise das décadas que o precederam. Para tanto, não é suficiente voltar às reformas econômicas promovidas por Deng Xiaoping, a partir de 1978, mas é preciso voltar às profundas transformações engendradas na sociedade e economia chinesas com a Revolução de 1949. Esse importante debate foge do escopo deste artigo, mas, para os interessados, recomenda-se a leitura de Popov (2015), Perkins (1997), Singh (1993) e Monteiro Neto (2005). Para detalhes sobre a importância do período maoísta para a industrialização chinesa, ver Milaré e Diegues (2012).

4 No tocante ao desequilíbrio interno, Zhang (2016) menciona ainda o intenso crescimento do crédito; além disso, discorre também sobre outros dois desequilíbrios: o ambiental e o da distribuição de renda. Essas análises fogem, no entanto, ao escopo deste trabalho.

Gráfico 1: China: Taxa de crescimento (% a.a.) e participação no PIB mundial (% , com os PIBs medidos em US\$ correntes)



Fontes: FMI e *China Statistical Yearbook*, vários anos. Elaboração própria.

à contribuição dos vetores internos de dinamismo para o crescimento do PIB, tanto pelo lado da demanda quanto da oferta; ii) reequilíbrio externo, com a pertinência de uma diminuição da contribuição das exportações líquidas para o crescimento do PIB, de forma a reforçar o caráter endógeno do dinamismo econômico chinês.<sup>5</sup>

### A dinâmica do PIB chinês e os vetores de dinamismo: um olhar pelas óticas da demanda e da oferta (2001-2015)

A entrada da China na OMC, associada à queda da tarifa média de importação ao longo da década de 1990<sup>6</sup> e aos esforços adicionais empreendidos, a partir de 2001, para a abertura de novos mercados (Zana, 2016), propiciaram uma maior integração comercial do país com o resto do mundo. Ao mesmo tempo, a aceleração da economia internacional, a partir de 2002-2003 –

5 Uma posição comercial superavitária não é, por si só, uma fonte potencial de instabilidade econômica, mas, quando isso ocorre em uma economia com proporções continentais, como a China, e na dimensão a que chegou nesse país, alguns autores indicam que ela pode não ser sustentável no longo prazo.

6 As tarifas médias de importação na China passaram de 34,8% em 1992 para 13% em 2001 (Milaré; Diegues, 2016).

assentada em um círculo virtuoso de estímulos recíprocos notadamente entre as economias chinesa e estadunidense – manteve e até acelerou a tendência de forte dinamismo das exportações e importações da China, com uma taxa de crescimento anual superior aos 20% em grande parte do período 2002-2008 (ver Tabela 1).

Com a eclosão da crise financeira global, em 2007-2008, ocorreu uma desaceleração da taxa de crescimento do comércio mundial pela qual a China não passou ilesa, com uma expressiva contração de 11% das exportações em 2009. A despeito de uma recuperação pontual no ano seguinte, as taxas de crescimento das exportações e importações totais chinesas se reduziram drasticamente desde então, havendo até uma nova contração das exportações em 2015.

Tabela 1: Taxa de crescimento anual das exportações e importações de bens – China – em volume (%)

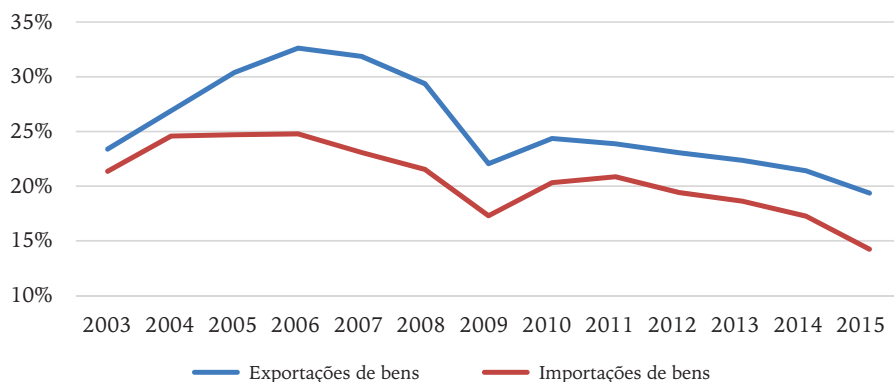
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Exportações	23	29	28	24	26	19	10
Importações	21	31	20	13	17	13	5
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Exportações	-11	29	11	7	10	4	-2
Importações	3	23	12	6	10	4	0

Fonte: FMI.

De fato, a eclosão da crise global promove uma mudança de patamar na importância das exportações/importações chinesas de bens em relação ao PIB (ver Gráfico 2). Em linha com o contexto geral do comércio internacional, que tem crescido a taxas inferiores às do PIB global, o comércio exterior chinês também perde peso no total da economia do país. De todo modo, os ritmos são distintos, de forma que entre 2003 e 2015 a participação da China no comércio internacional de bens aumentou de forma impressionante, passando de 6% para 14% do total exportado; e de 5% para 10% do total importado no mundo.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> De acordo com dados do *World Trade Statistical Review* de 2011 e 2016. Dados em valores.

Gráfico 2: China: Exportações e importações de bens (em % do PIB)



Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators*.

Condizente com a evolução do comércio internacional nas últimas três décadas, o comércio externo chinês configura-se de forma crescentemente associada às cadeias globais de valor.<sup>8</sup> Ao se destacar na montagem e finalização dos bens industriais – em grande parte em função dos baixos custos de produção –, a China teve papel relevante na conformação dessas cadeias, contribuindo para a redefinição da divisão internacional do trabalho (DIT) e tornando-se atualmente a “fábrica do mundo” (Cintra; Pinto, 2017; Nogueira, 2015). Estimativas do European Chamber (2017) apontam que, em 2015, a China foi responsável pela produção mundial ou montagem de mais de 80% dos computadores, mais de 90% dos telefones celulares e mais de 80% dos ares-condicionados do globo.

No entanto, é importante salientar que a estratégia de inserção chinesa nas cadeias globais de valor não se limita apenas à montagem, mas visa também uma escalada na hierarquia das cadeias globais de valor por meio da incorporação de progresso técnico<sup>9</sup> e de políticas internas de estímulo à

8 As cadeias globais de valor são marcadas pela dispersão geográfica da produção em diversos países e pela fragmentação produtiva em muitas empresas. Dessa forma, grande parte do comércio exterior, atualmente, é marcado por insumos, peças e bens intermediários. Para a melhor compreensão das cadeias globais de valor, ver Gereffi, Humphrey e Sturgeon (2005) e Nogueira (2012).

9 A abertura para a importação de peças e componentes com conteúdo tecnológico facilita o salto para o desenvolvimento tecnológico interno do país.

ciência e tecnologia.<sup>10</sup> O objetivo é tornar as exportações mais diversificadas e sofisticadas, aumentando a apropriação de valor agregado. Para tanto, as principais medidas foram o aumento dos investimentos em infraestrutura e em formação de profissionais ligados a ciência e tecnologia (notadamente engenheiros), o expressivo incremento dos gastos em P&D, o estímulo à formação de *joint ventures* com empresas estrangeiras de setores estratégicos,<sup>11</sup> o aumento da autonomia na gestão das empresas de setores-chave, a criação de linhas de financiamento facilitados para empresas de tecnologia (Lazonick; Li, 2012) e as políticas de compras governamentais (Nogueira, 2015). Sobretudo de 2005 em diante, o governo chinês elegeu a “inovação autóctone” como o elemento central de seus planos de médio e longo prazo para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, o que passaria por uma maior capacidade de gerar inovação endogenamente, mas também por um aprimoramento dos mecanismos de garantia aos direitos de propriedade. As prioridades eleitas foram as áreas de tecnologia da informação, biotecnologia, materiais avançados, manufatura avançada, energia, tecnologia do mar, tecnologia de laser e tecnologia aeroespacial (Cassiolato; Podcameni, 2015).

Os desafios nesse processo não são triviais, sobretudo pelas dificuldades para as empresas chinesas competirem nos setores mais dinâmicos do mercado internacional, nos quais as barreiras à entrada são consideravelmente altas. Nolan (2014) sugere que, a despeito de dominarem o mercado doméstico, as grandes empresas chinesas ainda apresentam certa fragilidade para enfrentar a concorrência internacional nos setores de mais elevada tecnologia – sendo a marca um dos principais entraves.

De toda forma, apesar da constatação acima, Mathai e colegas (2016) mostram que nos últimos anos a forma de inserção da China nas cadeias globais de valor e no comércio internacional tem, sim, se modificado, sobretudo por: i) um movimento para as etapas superiores nas cadeias, realizando internamente processos produtivos mais sofisticados, em vez de importar esses produtos, o que permite um aumento na incorporação de valor agregado; ii) um ponto de inflexão com relação à produção de baixo valor agregado intensiva em mão de obra, com a estagnação ou mesmo o declínio da participação de alguns setores

---

10 Para se aprofundar nas políticas internas voltadas para ciência e tecnologia na China, ver OECD (2016).

11 Nessas *joint ventures*, o acordo era o compartilhamento de tecnologia por parte das empresas estrangeiras em troca do acesso ao mercado local chinês.

como o de brinquedos, móveis, calçados e vestuário no total exportado pela China; colaboram com isso o aumento do custo da mão de obra e o maior dinamismo de setores intensivos em tecnologia (pesquisa) e em capital; e iii) alguns sinais mistos no setor de commodities, com declínio das importações de carvão e cobre, mas com as commodities agrícolas e o petróleo se mantendo resilientes.

Os dois primeiros pontos evidenciam, portanto, uma tendência de aumento da participação de setores com maior intensidade tecnológica na pauta exportadora chinesa, em detrimento de setores intensivos em mão de obra. Nessa linha, Brandão (2016) mostra que, do total da exportação global de bens de alta tecnologia, a participação chinesa cresceu de meros 2% em 1995 para um nível superior a 17% em 2013.

Apesar de todos os entraves, nota-se, assim, uma transformação na forma de inserção no comércio internacional da China, criando desafios e oportunidades para os demais países. Se, por um lado, esse movimento da economia chinesa poderá criar desafios para os países desenvolvidos ao potencialmente aumentar a competição internacional na produção de bens de alta intensidade tecnológica,<sup>12</sup> por outro, cria oportunidades para a entrada dos países periféricos – sobretudo o próprio continente asiático – na produção de manufaturas leves intensivas em trabalho, como é o caso de Camboja e Vietnã.

Essas mudanças na forma de inserção da China no comércio internacional estão associadas a modificações na participação dos principais parceiros comerciais da China. Adicionalmente, é importante ressaltar os efeitos da crise financeira global de 2007-2008, que atingiu inicialmente os países desenvolvidos (EUA e Zona do Euro). A estagnação desses países, em um contexto de rápida – embora fugaz, em alguns casos – retomada do crescimento econômico dos países periféricos, levou a uma tendência de aumento da participação destes últimos no total exportado pela China.

Se, em 2000, 45% das exportações chinesas eram destinados aos EUA e ao Japão, em 2013 esse percentual caiu para 30%. Em contrapartida, houve um forte aumento da participação de economias periféricas como destino das exportações chinesas, sobretudo a partir de 2008 – com destaque para países da região, como Vietnã, Malásia, Indonésia e Tailândia.

---

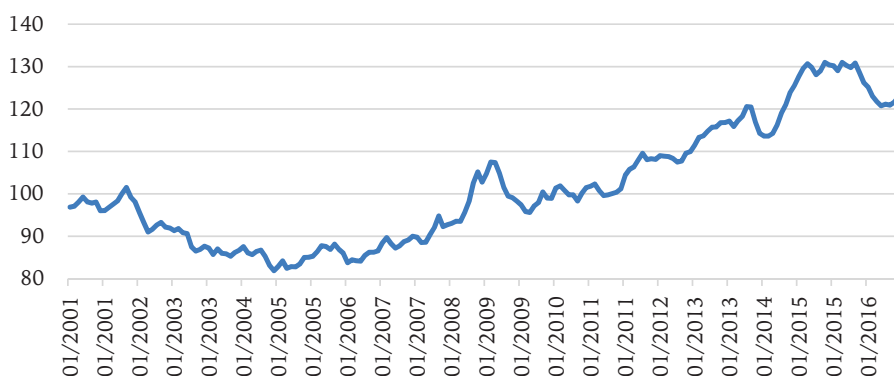
12 É importante ressaltar que, apesar do esforço da China em ascender nas cadeias globais de valor, o país ainda se insere nesse sistema em uma posição hierarquicamente inferior aos países desenvolvidos.



Nas importações totais chinesas, destaca-se uma forte perda de participação do Japão, passando de pouco menos de 20% para abaixo de 10% entre 2000 e 2013, legando à Coreia do Sul o papel de país com maior participação nas importações chinesas. Em simultâneo, os países exportadores de commodities têm aumentado sua participação no total das importações chinesas desde o início do século XXI, mas com maior intensidade a partir de 2008.

Nas estratégias chinesas relativas ao comércio exterior, é também importante tratar de sua política cambial. A manutenção de uma taxa de câmbio desvalorizada foi sempre um estímulo às exportações líquidas e, portanto, ao próprio PIB<sup>13</sup> (ver Gráfico 3). Por outro lado, entre final de 2009 e meados de 2015, o yuan teve uma valorização real de 35% em relação à cesta das moedas mais importantes para suas relações comerciais, representando uma contribuição adicional para a redução dos resultados da balança comercial.

Gráfico 3: Taxa de câmbio real efetiva<sup>14</sup> (China, 2010 = 100)



Fonte: Bank for International Settlements.

A despeito de a valorização cambial já ter se iniciado, no período pré-crise as condições econômicas internacionais levaram a um aumento da participação das exportações líquidas no crescimento do PIB chinês até 2007 (ver Gráfico 4).

13 A competitividade chinesa também se deve aos baixos salários no período, aos incentivos tributários e – talvez como principal fator – às economias de escala.

14 A taxa de câmbio real efetiva elaborada pelo BIS é um índice que pondera as taxas de câmbio reais bilaterais de acordo com o peso dos demais países no comércio exterior do país em questão. Pela forma como é calculada, uma elevação dessa taxa efetiva real significa a apreciação da moeda e vice-versa.

No entanto, as principais contribuições não provinham diretamente do comércio exterior, mas da formação bruta de capital e do consumo final.<sup>15</sup> Essa constatação é muito importante para evitar o diagnóstico – comum, mas incompleto – que caracteriza a economia chinesa como *export led*.

No tocante ao consumo final, chama a atenção sua estabilidade, com uma contribuição ao crescimento que se manteve entre 4% e 5% ao longo de todo o período. Contribuíram para isso uma taxa de desemprego baixa e estável, entre 3,6% e 4,3%;<sup>16</sup> uma estabilidade na taxa de crescimento da renda, com a renda real média dos centros urbanos quadruplicando entre 2001 e 2015;<sup>17</sup> e o aumento do crédito para as famílias, a partir de 2006-2007.

Entretanto, a fonte de demanda que se destaca na primeira década do século é aquela relativa à formação bruta de capital, com uma participação para o crescimento que foi oscilante, mas invariavelmente superior àquela das demais rubricas. É importante também destacar que esse investimento foi fortemente estimulado pelo crescimento do comércio externo (Zana, 2016), sendo possível afirmar que no período de aceleração do crescimento (2001-2007) – assim como nas décadas precedentes – os principais vetores para a aceleração do dinamismo da economia chinesa foram – de forma articulada – as exportações e a formação bruta de capital.<sup>18</sup>

Gráfico 4: China: Contribuição dos componentes da demanda para a taxa de crescimento do PIB (2001-2015) em % a.a. – preços constantes



Fonte: China Statistical Yearbook.

15 O consumo final inclui o consumo das famílias e do governo.

16 Dados do FMI.

17 Dados do *China Statistical Yearbook*.

18 Uma parcela da formação bruta de capital é induzida justamente pelas exportações; outra parcela importante é autônoma, relativa notadamente aos investimentos em infraestrutura.

Em 2009, apesar da forte contribuição negativa das exportações líquidas, a taxa de crescimento do PIB manteve-se em um patamar similar ao do ano anterior (levemente inferior a 10%). Como mostra a Tabela 2, isso foi possível em função de um elevadíssimo aumento da contribuição da formação bruta de capital para o crescimento, atípica até mesmo para os padrões chineses. Esse movimento se deveu ao gigantesco pacote de estímulo fiscal anunciado pela China em novembro de 2008, no valor de RMB 4 trilhões (cerca de US\$ 580 bilhões ou 14% do PIB), que foi direcionado principalmente para infraestrutura e construção, levando a um imenso aumento na taxa de formação bruta de capital, de 42% para 47% do PIB entre 2007 e 2009.

Tabela 2: China: Componentes do PIB pela ótica da demanda – % PIB (2001-2015)

	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Consumo final	61	57	53	50	49	49	50	52
Formação bruta de capital	36	41	42	42	47	48	48	45
Exportações líquidas	2	2	5	9	4	3	2	4

Fonte: *China Statistical Yearbook*.

Esse pacote de estímulos contou também com um afrouxamento da política monetária. De fato, a forma de financiamento desses gastos não ocorreu majoritariamente por injeção direta de recursos fiscais, mas pelo aumento da concessão de crédito às corporações não financeiras.

Se por um lado o pacote de estímulos foi eficaz para a manutenção do crescimento econômico no curto prazo, por outro lado, ao focar no aumento do investimento, contribuiu para a intensificação do que alguns autores caracterizam como “desequilíbrios internos” (Lardy, 2012).

Os próprios agentes oficiais da economia chinesa tinham consciência da necessidade de lidar com uma realidade marcada pela dependência excessiva do investimento e das exportações como fontes de dinamismo. Em 2007 – antes, portanto, da eclosão da crise internacional –, o então premiê chinês, Wen Jiabao, em uma declaração pouco usual para um alto quadro do governo, caracterizou o crescimento econômico chinês no início daquele ano como instável (*unsteady*) e descoordenado (*uncoordinated*) Lardy (2012). Instável, segundo o premiê, devido ao sobreaquecimento do investimento, à posição externa superavitária e ao excesso de crédito. Descoordenado, pela grande

heterogeneidade entre os setores primário, secundário e terciário (questão que será discutida adiante) e entre consumo e investimento.<sup>19</sup>

De fato, os Planos quinquenais de 2006-2010 e 2011-2015 já apontavam para a pertinência de mudanças no modelo de crescimento da China, visando, principalmente, o aumento do peso do consumo interno como dinamizador do PIB – pelo lado da demanda – e dos serviços – pelo lado da oferta (Paulino; Pires, 2016).

De forma modesta a partir de 2010, e de forma mais nítida a partir de 2015, o consumo final passou efetivamente a desempenhar o papel de vetor de dinamismo com maior contribuição para a taxa de crescimento da economia chinesa. Isso ocorreu mais em função da desaceleração da taxa de crescimento da formação bruta de capital e da diminuição das exportações líquidas do que por uma aceleração do consumo final, mas de toda forma ajuda no caminho para o ajuste pretendido, no que concerne ao lado da demanda (Tabela 2).

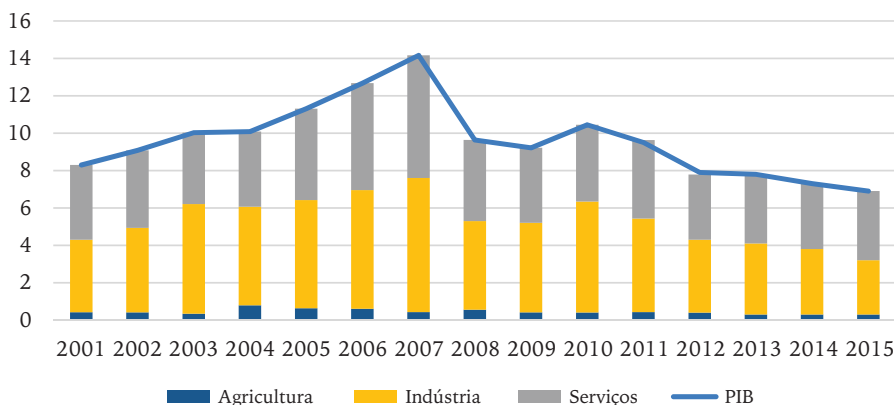
Passando para a análise do PIB sob a ótica da oferta, o Gráfico 5 e a Tabela 3 revelam uma tendência de aumento da importância da indústria no período de aceleração do crescimento, entre 2001 e 2007, embora o setor de serviços também tenha se acelerado. Após 2011, cai o ritmo de crescimento de ambos, mas a desaceleração da indústria é bem superior, resultando em um aumento da importância relativa dos serviços. Em 2013, o setor de serviços ultrapassou o industrial como maior fator de dinamismo do PIB pelo lado da oferta (Gráfico 5), e com maior peso no total do PIB (Tabela 3).

Vale ressaltar que os movimentos da composição do PIB pelo lado da demanda e da oferta não estão, obviamente, desconectados. Da mesma forma que era natural, até 2010, que o aumento da participação da indústria gerasse uma elevação da participação do investimento, é de esperar que o aumento da participação relativa do consumo final, que ocorre desde 2010, resulte em uma diminuição relativa da demanda por bens da indústria pesada e um aumento da demanda por bens de consumo, mas também – e talvez de forma preponderante – por serviços (Zhang, 2016).

---

19 Wen Jiabao também chamou a economia chinesa de: 1) desequilibrada (*unbalanced*) devido aos estágios desiguais de desenvolvimento entre regiões, entre o setor urbano e o setor rural e entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social; e 2) insustentável (*unsustainable*) devido à falta de proteção ao meio ambiente e à utilização de recursos e energia.

Gráfico 5: China: taxa de crescimento do PIB e participação de cada componente pela ótica da oferta<sup>20</sup> (2001-2015) – preços constantes



Fonte: *China Statistical Yearbook*, vários anos.

Tabela 3: China: componentes do PIB pela ótica da oferta (em % do PIB) – preços correntes (2001-2015)

	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Agricultura	14	13	12	11	10	10	10	9
Indústria	45	46	47	47	46	47	44	41
Serviços	40	41	41	42	43	43	46	50

Fonte: *China Statistical Yearbook*, vários anos.

## Os desafios para o crescimento e para o reequilíbrio da economia chinesa: capacidade ociosa, superprodução e crédito

Após a análise do desempenho da economia chinesa entre 2001 e 2015, convém agora tratar dos desafios futuros para o crescimento econômico e dos motivos para que a desaceleração gradual da economia seja fundamental para evitar uma crise de grandes proporções no país.

Como argumenta o Banco Mundial (2015), a desaceleração da economia chinesa não é inesperada, mas, em certa medida, fruto de um ajuste desejável, por razões tanto de curto quanto de médio prazo. No curto prazo porque, para lidar com as vulnerabilidades que surgiram em decorrência da crise financeira global – e das políticas de combate à crise –, é necessário tomar

<sup>20</sup> Indústria inclui construção.

medidas para a contenção da expansão do crédito e a redução do excesso de capacidade da indústria. No médio prazo, porque a transição do foco dos investimentos e exportações líquidas para o consumo e da indústria para os serviços gera inevitavelmente um período de desaceleração. Em maio de 2014, o presidente chinês Xi Jinping afirmou que o país precisava se adaptar a um “novo normal”, marcado pela desaceleração do crescimento (embora ela se mantenha ainda em patamares altos para o padrão global) e por uma maior sustentabilidade da economia. Xi Jinping, na reunião do G20 em Hangzhou, reforçou a importância desse processo:

A China alcançou um novo ponto de partida histórico. É um novo ponto de partida para a China aprofundar a reforma e fomentar novos vetores de desenvolvimento econômico e social. É um novo ponto de partida para a China adaptar sua economia a um novo normal e transformar seu modelo de crescimento.<sup>21</sup>

Já tendo discorrido sobre essa tendência da economia chinesa, a partir de 2010, para uma redução daquilo que vinha sendo entendido como um desajuste na dinâmica do PIB pela demanda e pela oferta, torna-se necessário discutir um dos maiores desafios para a China no curto prazo: sua capacidade ociosa.

A evolução da capacidade ociosa na China impõe desafios para a própria economia chinesa, mas também para o restante do mundo. Internamente, as quedas da taxa de utilização na indústria, associadas ao alto grau de endividamento das corporações não financeiras,<sup>22</sup> criam desafios para a China realizar esse almejado *soft landing*. Da perspectiva da economia mundial, o alto grau de capacidade ociosa em um contexto de economias integradas impõe uma “sombra” à produção industrial e, notadamente, aos investimentos em outros países. Na Tabela 4, é possível verificar alguns resultados de um interessante estudo da European Chamber.<sup>23</sup> Entre 2004 e 2014, o forte aumento da capacidade total de produção não foi acompanhado por um aumento equivalente da demanda – sobretudo depois da eclosão da crise internacional –, gerando uma tendência de aumento da capacidade ociosa em todos os setores analisados.

---

21 Li (2016), tradução nossa.

22 De 96,3% do PIB em dezembro de 2008 para 163,6% do PIB em dezembro de 2015 (BIS).

23 O relatório analisa a sobrecapacidade em oito importantes setores: 1) aço bruto; 2) alumínio eletrolítico; 3) cimento; 4) química; 5) refino; 6) vidro; 7) construção naval; e 8) papel e papelão. Devido às diferenças, no relatório, entre a forma de análise dos setores químico e de construção naval e a dos demais setores, optou-se por não considerá-los no presente capítulo.

Tabela 4: China: capacidade total de produção (milhões de toneladas) e taxa de utilização (%) em indústrias selecionadas

	2004	2008	2014	2004	2008	2014	2004	2009	2014
	<b>Aço</b>			<b>Alumínio</b>			<b>Cimento</b>		
Capacidade	304	644	1.140	8	18,1	38,1	1.400	1.870	3.100
Taxa de utilização	92%	80%	71%	84%	78%	76%	79%	76%	73%
	<b>Refino de petróleo</b>			<b>Vidro</b>			<b>Papel e papelão</b>		
Capacidade	–	391	686	–	650	1.046	–	89	129
Taxa de utilização	–	80%	66%	–	88%	79%	–	90%	84%

Obs.: no caso do vidro, a unidade é a *weight case* = 50 kg.

Fonte: European Chamber (2009, 2016).

O aumento da capacidade de produção levou alguns setores industriais a uma elevadíssima participação na oferta mundial, que chegou, em 2014, a ao menos 50% nos setores de aço, alumínio e cimento. Isso gera evidentemente uma falta de estímulos – em âmbito global – para investir nesses setores e até mesmo a necessidade de desinvestimento – explicando, portanto, o plano de desaceleração do investimento e de redução na participação da indústria na China.

Complementando a análise, são também interessantes os estudos do Center of Finance and Economic Growth (CKGSB), que tem realizado, desde 2014, pesquisas trimestrais sobre a indústria chinesa.<sup>24</sup> No relatório do segundo trimestre de 2016, 61% das firmas entrevistadas indicaram estar com excesso de capacidade produtiva, contra 53% e 42% nos períodos análogos de 2015 e 2014. Se, no final de 2014, 59% das firmas indicavam a falta de encomendas como o maior problema para a ocupação da capacidade instalada, um ano depois esse número já tinha subido para 81% (mantendo-se até meados de 2016). Ou seja, vindo de um investimento acelerado no período pré-crise – e ainda mais intenso no pacote anticíclico de 2008 –, a economia chinesa depara-se hoje com uma demanda desaquecida, com a inevitável consequência de um aumento dos estoques e/ou da capacidade ociosa.

<sup>24</sup> A metodologia utilizada é a de questionários, por meio de conversas telefônicas, com, em média, 2 mil firmas com vendas anuais acima de RMB 5 milhões. Ela é realizada de modo que a amostra capte a diversidade de setores industriais, regiões do país e tamanhos das firmas.

No que concerne à capacidade ociosa, entre os 35<sup>25</sup> setores industriais analisados no segundo trimestre de 2016, dezoito estavam com capacidade ociosa caracterizada como “severa” (ver Tabela 5) – definida quando mais de 10% das firmas sinalizam estar com capacidade ociosa acima de 20%.

Constata-se, pela Tabela 5, que estavam com capacidade ociosa severa, em 2016, 100% dos setores relativos às outras manufaturas pesadas e à mineração, 60% daqueles da indústria química, 50% nas manufaturas de equipamentos, 36% nas manufaturas leves e 50% na distribuição de eletricidade, calor, gás e água.

Em decorrência, o investimento fixo não tem mais o ritmo que já teve, com apenas 9% das firmas apontando para a realização desse tipo de despesa, sendo apenas 2% com caráter expansionista.<sup>26</sup>

Diante das análises e dados verificados, fica claro, portanto, que a gênese do problema recente de capacidade ociosa na indústria chinesa remonta ao período de aceleração do crescimento, entre 2001 e 2008 – quando o excesso da produção doméstica podia ser direcionado para mercados externos –, tendo sido intensificado com o pacote de estímulos econômicos chinês decorrente da eclosão da crise (European Chamber, 2016).

Entretanto, é necessário fazer uma ressalva em relação aos investimentos em infraestrutura e construção na China, que são responsáveis por grande parte da demanda da indústria pesada.<sup>27</sup> Apesar da redução nos ritmos, a economia chinesa ainda tem necessidade, no médio e longo prazo, de pesados investimentos em infraestrutura e construção. A população chinesa é de 1,37 bilhão de pessoas e, entre 2001 e 2015, a porcentagem da população que reside na zona rural caiu de 62% para 44%. Esse processo de urbanização ainda não se esgotou, gerando a necessidade de se criar as condições materiais para a entrada dessas pessoas na zona urbana.

---

25 Os 35 setores são agrupados em seis grupos: 1) manufaturas de equipamentos; 2) indústria química; 3) manufaturas leves; 4) mineração; 5) outras manufaturas pesadas; e 6) produção e distribuição de eletricidade, calor, gás e água.

26 Considera-se, na pesquisa, que o investimento fixo igual ou inferior a 3% do ativo não tem caráter expansionista, pois não cobre nem a depreciação.

27 De acordo com o relatório da European Chamber (2016), a China teria produzido, em 2011 e 2012, a mesma quantidade de cimento que os EUA em todo o século XX. Além disso, a produção de aço chinesa, em 2015, seria o dobro da produção combinada do Japão, EUA, Índia e Rússia.



Tabela 5: Porcentagem de firmas com capacidade ociosa acima de 20% (entre os setores industriais com capacidade ociosa severa em 2016T1)

Nº de firmas entrevistadas em 2016T2		2014T3	2014T4	2015T3	2015T4	2016T1	2016T2
<b>Mineração</b>							
11	Mineração e processamento de metais não ferrosos	13	14	33	0	71	67
6	Mineração e processamento de minérios não metálicos	0	0	43	29	36	36
6	Mineração e lavagem de carvão	0	50	n.d.	60	n.d.	33
<b>Outras manufaturas pesadas</b>							
125	Manufatura de produtos minerais não metálicos	7	6	14	18	40	37
29	Fundição e prensagem de metais não ferrosos	5	0	11	0	32	31
32	Fundição e prensagem de metais ferrosos	0	0	27	22	48	38
141	Manufatura de produtos metálicos	6	5	35	20	25	28
<b>Manufaturas de equipamentos</b>							
142	Manufatura de máquinas e aparelhos elétricos	3	3	43	16	22	25
39	Manufatura de instrumentos de medição	0	0	9	2	15	18
114	Manufatura de máquinas para fins específicos	8	6	28	2	7	18
<b>Indústria química</b>							
10	Processamento de petróleo e combustível nuclear	0	0	38	57	63	60
26	Manufatura de produtos de borracha	15	11	15	0	4	12
126	Manufatura de produtos químicos	2	1	28	2	12	10
<b>Manufaturas leves</b>							
35	Processamento de produtos de madeira	0	0	2	21	26	26
97	Processamento de produtos agrícolas e afins	6	2	17	17	21	18
52	Manufatura de alimentos	0	0	8	6	13	15
30	Manufatura de móveis	7	3	16	3	16	13
40	Manufatura de couro, pele, pena e calçado	11	10	0	12	13	10
<b>Produção e abastecimento</b>							
32	Produção e abastecimento de água	24	17	0	0	0	19

Fonte: CKGSB China's Industrial Economy Report. Várias edições.

Além disso, a China tem articulado uma estratégia de financiamento e/ou de construção de grandes projetos de infraestrutura em outros países, de modo a fortalecer a demanda pela produção interna excedente chinesa em vários setores (Cintra; Pinto, 2017). De acordo com os autores, estima-se que, na próxima década, as empresas chinesas investirão mais de US\$ 1,25 trilhão no exterior. Entre os principais projetos, destaca-se a “obra do século XXI”, anunciada por Xi Jinping em 2013, com a Silk Road Economic Belt e a Maritime Silk Road, com a ambição de se construir uma rede de infraestrutura conectando a Europa, a Ásia e o Golfo Pérsico, incluindo portos e ferrovias.<sup>28</sup>

Apesar de ser clara a estratégia de aumento da influência chinesa na região – e no mundo –, de acordo com Charles Paton, ex-diplomata da União Europeia na China, o estímulo à produção interna é a grande motivação para o projeto. Em suas palavras: “uma política interna com consequências geoestratégicas, em vez de uma política externa”.<sup>29</sup>

A despeito da existência de uma grande capacidade ociosa na indústria chinesa, existem, portanto, elementos internos e externos ao país que sugerem a possibilidade de que haja uma demanda, tanto no médio quanto no longo prazo, capaz de sustentar grande parte da produção industrial na China.

Feita a análise da dinâmica da economia chinesa no início do século XXI e de seus desafios e projetos, cabe agora uma discussão sobre os principais efeitos dessa dinâmica na economia brasileira.

## Os efeitos (diretos e indiretos) do dinamismo chinês sobre a economia brasileira

As análises já enunciadas neste artigo deixam pistas suficientes para a compreensão de que os movimentos da economia chinesa, atualmente, não passam despercebidos. Longe disso. Dados seu tamanho e sua imbricação com os países de todo o globo, a China está hoje no radar de todos os go-

---

28 A mídia vem apresentando este projeto como o “maior projeto de infraestrutura da história da humanidade”. Para detalhes, ver Cintra e colegas (2015).

29 Em Hancock (2017), tradução nossa. A reprodução da frase do ex-diplomata vale para reforçar a importância do projeto para a demanda pela indústria chinesa, mas na perspectiva deste trabalho os objetivos internos e externos podem ser analisados de forma associada.

vernos (e agentes privados) do mundo, e seu dinamismo econômico tem grandes impactos – diretos e indiretos – sobre os quatro cantos do planeta. Não por acaso, o tão aludido “efeito China” está presente em todas as análises econômicas, quaisquer que sejam seus autores ou o foco da investigação. A presente seção discutirá esses “efeitos China”, ou seja, os principais efeitos da economia chinesa sobre a brasileira, percorrendo o seguinte caminho investigativo: em primeiro lugar, são analisados os dois principais *vetores originários* dos impactos da economia chinesa sobre a brasileira, quais sejam: 1) comércio exterior e 2) investimentos diretos estrangeiros (IDEs); em segundo lugar, são apresentados os mais importantes *canais macroeconômicos* de transmissão desses impactos sobre a economia brasileira (com foco nos preços macroeconômicos e na dinâmica da demanda agregada); por fim, são expostos os dois principais *resultados estruturais* dessa interação, a saber, sobre: 1) a estrutura produtiva e 2) a vulnerabilidade externa.

### Principais vetores originários dos impactos da economia chinesa sobre a brasileira

#### 1) Comércio exterior:

O papel da China no comércio exterior brasileiro aumentou enormemente no início do século XXI. Como resultado, já em 2009 a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, desbancando os EUA, que ocupavam esse posto desde 1930. Como mostra a Tabela 6, em 2015, 16% das importações e 19% das exportações brasileiras eram fruto desse comércio com a China.

Tabela 6: Comércio Brasil-China: participação nas exportações e importações totais brasileiras (%)

	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Importações	2%	4%	7%	9%	11%	14%	15%	16%
Exportações	3%	6%	6%	7%	13%	17%	19%	19%

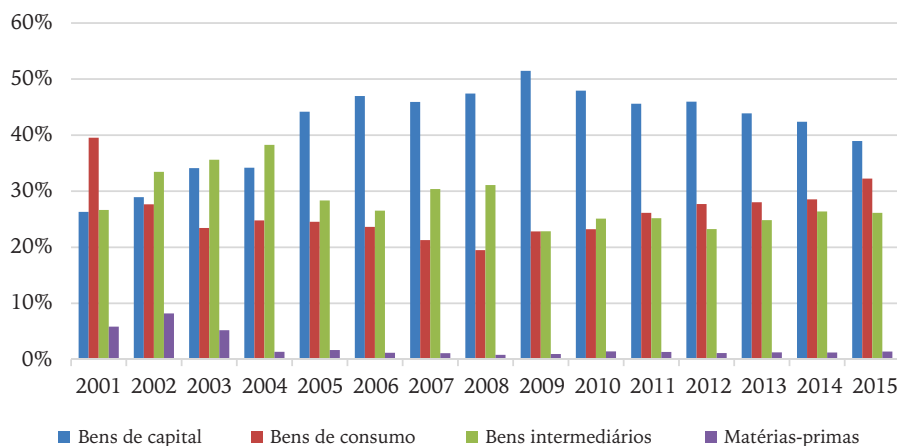
Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Tanto as exportações quanto as importações cresceram de forma acelerada, mas o resultado dessa relação bilateral foi de superávits comerciais crescentes para o Brasil. No entanto, para além dessa avaliação dos valores, é imprescindível olhar também para a composição desse comércio.

A trajetória histórica discutida no início do artigo levou a uma configuração do comércio exterior chinês assentada em quatro padrões distintos,<sup>30</sup> com as seguintes características essenciais: a) Japão e Coreia do Sul: a China preponderantemente importa desses países bens de capital e produtos de alta tecnologia e exporta para eles partes e peças industriais intensivas em mão de obra; b) EUA e Europa: a China exporta para essas nações bens de consumo duráveis de menor valor agregado e importa delas bens de alta tecnologia; c) Sudeste Asiático: a China exporta para essa região bens de capital e bens de consumo duráveis e importa de lá insumos (principalmente metalúrgicos), alimentos e matéria-prima; d) restante dos países periféricos: a China exporta produtos industriais (bens de consumo e de capital) e importa alimentos, matéria-prima e energia.<sup>31</sup>

Por mais que essa divisão analítica guarde um inevitável componente de generalização, no caso do Brasil se trata de um retrato com precisão quase absoluta. As figuras abaixo falam por si próprias. O Gráfico 6 mostra que, a despeito das oscilações na parcela de cada categoria, as exportações chinesas para o Brasil são compostas quase que integralmente por bens de capital, de consumo e intermediários.

Gráfico 6: Exportações de bens da China para o Brasil por categoria (em %)



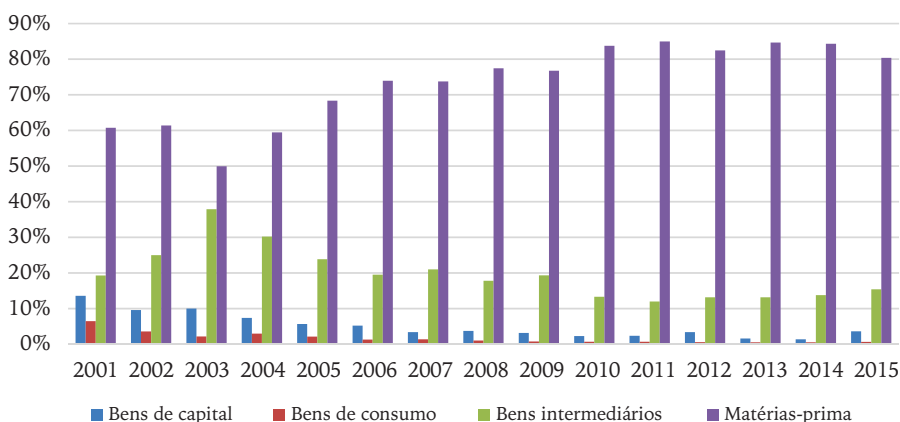
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial.

30 Para apresentações alternativas e mais detalhadas sobre os padrões de comércio chinês, ver Medeiros (2008) e Nogueira (2012).

31 Como visto na seção anterior, esse padrão é evidentemente dinâmico, mas esses são os traços gerais atuais.

Por outro lado, o Gráfico 7 mostra que, de 2010 em diante, nada menos que 80% das exportações brasileiras para a China são compostas por matérias-primas. Aproximando a lente, nota-se que a concentração é ainda maior, com os itens relativos a minérios, sementes e grãos – basicamente soja e minério de ferro – representando quase dois terços (64%) em 2015; se somados os combustíveis minerais, chega-se a três quartos do total.<sup>32</sup>

Gráfico 7: Exportações do Brasil para a China (% do valor total)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial.

Para os próximos anos, nada indica uma mudança nesse padrão de comércio, no que diz respeito à sua composição. No entanto, existem dúvidas sobre qual será o efeito da desaceleração chinesa, analisada anteriormente, sobre a demanda por commodities brasileiras (e, em decorrência, também sobre a trajetória dos preços dessas commodities). A esse respeito, convém destacar três elementos. Em primeiro lugar, que a despeito de uma possível redução na participação relativa dos investimentos no PIB chinês, os processos de urbanização e de construção de infraestrutura seguem vigentes – e com força – no país.

Em segundo lugar, que a continuidade do processo de urbanização e de elevação da renda média das famílias na China seguirá implicando um aumento na sua demanda por alimentos. Adicionalmente, a mudança em curso em

32 Dados do Banco Mundial.

alguns hábitos alimentares muito provavelmente resultará no crescimento da procura por algumas commodities agrícolas específicas (e.g. açúcar e café).

Em terceiro lugar, vale a pena destacar algo bastante elementar, mas que curiosamente não aparece nos debates: se é verdade que o PIB chinês crescia 10% ao ano pouco tempo atrás e agora cresce “meros” 7% ou 6%, é também verdade que esse PIB é hoje bem maior do que antes. Nessas horas, os números absolutos são até mais apropriados do que as taxas, e uma comparação simples entre dois momentos no tempo já é esclarecedora: o crescimento do PIB chinês foi de 10,1% em 2004 e de 6,9% em 2015; no entanto, em termos absolutos, esse crescimento foi de RMB 2,0 trilhões<sup>33</sup> de 2003 para 2004, e de RMB 3,9 trilhões<sup>34</sup> de 2014 para 2015.<sup>35</sup> Ou seja, o “menor” crescimento relativo de 2015 é de fato uma maior variação absoluta da demanda agregada chinesa.<sup>36</sup> Isso não necessariamente significa que essa variação da demanda agregada chinesa implicará maior demanda por commodities do que antes, mas mostra como a simples menção a um PIB que cresce em um ritmo menor não diz nada sobre os possíveis efeitos desse crescimento sobre um PIB (no caso, o brasileiro) que foi ficando – relativamente – para trás.

Nota-se, destarte, que a probabilidade de um grande arrefecimento dessa demanda no futuro próximo é baixa. Pode ocorrer uma mudança na composição dessa demanda por commodities, com um peso relativamente menor das minerais e um peso maior das agrícolas (Paulino; Pires, 2016). E a grande incógnita sobre o tema – que é inclusive fruto de apostas nos mercados futuros – diz respeito à trajetória dos preços das commodities, já que eles hoje não dependem exclusivamente do jogo entre oferta e demanda, mas também de uma dinâmica – por vezes especulativa – determinada pelos mercados financeiros.

Com relação à produção brasileira de bens manufaturados, o “efeito China” tem dois desdobramentos centrais. O primeiro é positivo e deve-se ao aumento das exportações da indústria brasileira para seus principais parceiros latino-americanos, em função do dinamismo de suas economias,

---

33 Crescimento de 10,1% sobre um PIB que, em 2003, era de RMB 19,7 trilhões.

34 Crescimento de 6,9% sobre um PIB que, em 2014, era de RMB 56,1 trilhões.

35 Cálculos feitos com valores constantes, para considerar apenas o crescimento real.

36 E mesmo uma maior variação dessa demanda agregada chinesa em relação ao PIB brasileiro em 2015 do que em 2004, já que o PIB brasileiro cresceu nesse período pouco menos de 50% e o crescimento anual (em termos absolutos) do PIB chinês quase dobrou. Esses mesmos cálculos poderiam ser feitos em dólares americanos, mas a excessiva volatilidade cambial no Brasil tornaria menos claros os efeitos que se pretendia captar.

oriundo, também – em grande medida – da elevada demanda mundial por commodities (e da bolha de preços resultante). O contexto internacional dinâmico – impulsionado principalmente pela China, como visto na primeira seção – possibilitou, na primeira década dos anos 2000, um *boom* econômico não apenas no Brasil, mas no conjunto dos países latino-americanos. Assim, se o benefício *direto* desse dinamismo chinês sobre o comércio exterior brasileiro foi um aumento da demanda daquele país por commodities, seu benefício *indireto* foi o crescimento da demanda latino-americana por bens manufaturados brasileiros.

No entanto, esse efeito mostrou seus limites quando a crise internacional ensejou um acirramento da concorrência internacional e a China passou a conquistar esses mercados latino-americanos de bens industriais.<sup>37</sup> Ou seja, para além do curto prazo (e da fase ascendente do ciclo econômico), os “efeitos China” sobre o comércio exterior brasileiro são inequívocos: aumento das exportações de commodities e queda nas exportações de manufaturados.

## 2) *Investimento direto estrangeiro (IDE)*:

A economia chinesa foi se abrindo à recepção de investimentos diretos estrangeiros (IDE) desde a transição da década de 1970 para a de 1980, mas de forma gradual e atenta, para que eles nunca perdessem sua funcionalidade para as estratégias de desenvolvimento do país – notadamente enquanto um canal que facilita o acesso a novas tecnologias. Os investimentos chineses no exterior, por sua vez, permaneceram ainda por décadas em patamares muito baixos, e foi apenas a partir de 2004 que passaram a crescer de forma acelerada;<sup>38</sup> assim como ocorre com os investimentos *inward*, a liberalização gradativa desses investimentos *outward* nunca significou uma negligência com relação a seu papel na busca pelas estratégias delineadas pelo governo central.<sup>39</sup> Como afirmam Santos e Milan (2014), esse investimento tem também um caráter

---

37 Cf. Baltar e Prates (2014).

38 De acordo com dados da UNCTAD (2012), os investimentos chineses no exterior foram praticamente decuplicados entre 2004 e 2009 (passaram de uma média anual inferior a US\$ 6 bilhões para algo em torno de US\$ 55 bilhões). O mesmo documento indica que o estoque de IDE chinês no mundo passou de US\$ 28 bilhões em 2000 para US\$ 366 bilhões em 2011.

39 Luo, Xue e Han (2010) afirmam que ao longo das últimas décadas o governo chinês passou de um estrito regulador dos investimentos chineses no exterior para um apoiador e “guia” desses investimentos, tendo papel ativo na sua coordenação e mesmo na sua negociação.

geopolítico. Não por acaso, os setores priorizados são nitidamente aqueles ligados a recursos naturais, infraestrutura e, sobretudo, energia (Kang; Jiang, 2012).<sup>40</sup> Como nota Barbosa (2011), trata-se de um investimento associado ao aprofundamento do mercado doméstico chinês e à carência de recursos a ele associada.

Análises recentes já permitem vislumbrar um investimento chinês no exterior de caráter mais convencional – mais focado em mercados e lucros –, mas, no Brasil, ele ainda não é preponderante. Embora esteja crescendo o número de projetos de investimento com esse caráter, seus valores são ainda pequenos se comparados àqueles voltados a recursos naturais, energia<sup>41</sup> e infraestrutura. Adicionalmente, mesmo esse investimento *market seeking* costuma estar associado às possibilidades de geração de uma demanda cativa por bens intermediários (e mesmo de capital) chineses que precisam ser “escoados”. De fato, muitas empresas chinesas costumam manter boa parte da produção na própria China, realizando apenas a montagem no país de destino do investimento.<sup>42</sup>

Esse padrão de investimentos no exterior de cunho preponderantemente coordenado – ou, ao menos, alinhado com o planejamento central – resulta, à semelhança do que ocorre com o comércio exterior, na conformação de uma divisão espacial do globo em blocos com padrões distintos.<sup>43</sup> O IDE em busca de mão de obra barata direciona-se principalmente para os países de mais baixa renda do Sudeste Asiático (notadamente Camboja e Vietnã).

---

40 Nolan (2014) indica que, no ano de 2011, o IDE chinês na indústria extrativa foi de US\$ 67 bilhões, enquanto na indústria manufatureira ele foi de US\$ 27 bilhões. O investimento chinês no exterior é, na maioria dos casos, intermediado por outros centros financeiros (e.g. Hong Kong), o que dificulta a análise acurada dos dados. Com uma metodologia própria, o China-Brazil Business Council fornece alguns dados sobre o tema (CBBC, 2013).

41 No primeiro semestre de 2017, nada menos que 97% do IDE chinês para o Brasil concentrou-se na área de energia.

42 “Overall, Chinese companies tend to maintain the majority of the production process at home, leaving only the assembly stage for the host country. Often times they will utilize a model known as Completely Knocked-Down Production (CKD) – where all parts and components are imported from the home country and then assembled locally into the final product” (CBBC, 2013, p.50). Os ataques do governo Temer a todo tipo de política que priorize (ou exija) componentes locais só reforçará essa tendência.

43 Ainda que do ponto de vista dos volumes implicados nos IDEs chineses os setores priorizados em âmbito global sejam os mesmos (energia, recursos naturais e infraestrutura), é possível notar certas especificidades regionais. Para detalhes, ver CBBC (2013).



Já o investimento em busca de possibilidades de desenvolvimento tecnológico, divulgação da marca e aquisição de *know-how* administrativo vai sobretudo para os países da OCDE.<sup>44</sup> O Brasil (juntamente com o restante da América Latina e a África) é vislumbrado primordialmente como uma região para investimentos em recursos naturais e energia.<sup>45</sup> Em particular, o foco do capital chinês esteve, durante os últimos anos, no setor petrolífero, em função da commodity em si, mas também do desejo de assimilação da tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas, desenvolvida pela Petrobras.<sup>46</sup>

De forma associada, faz parte dos planos chineses um investimento massivo – no Brasil e na América Latina – em infraestrutura, para a redução dos custos de transporte de matérias-primas agrícolas e minerais para a China;<sup>47</sup> são investimentos com prováveis efeitos positivos sobre a demanda agregada e a competitividade dos produtos brasileiros, mas que trazem o não negligenciável prejuízo de uma perda adicional de soberania nacional sobre setores-chave de infraestrutura.

Vale ainda destacar que parte relevante do IDE chinês diz respeito à aquisição de empresas ou ativos (investimento *brownfield*) e não à construção de capacidade produtiva (investimento *greenfield*). Análises recentes indicam que a China já superou os Estados Unidos como o país que mais adquiriu empresas e ativos no Brasil nos últimos anos. Dados de OESP (2017) indicam

---

44 No esforço por ascender nas cadeias globais de valor em direção a etapas de maior valor agregado – discutido na seção anterior –, a China vem procurando adquirir, nos países centrais, empresas de setores *high-tech*, como forma de incorporar tecnologia de ponta e entrar nesses mercados mais dinâmicos. Esse processo, no entanto, nem sempre é bem-sucedido, até mesmo em função dos vetos que o capital chinês sofre quando tenta adquirir empresas em setores julgados como estratégicos pelos governos desses países. Para detalhes, ver Nolan (2014).

45 Entre os interesses prioritários, está a aquisição de terras (para a produção agrícola ou extração mineral) e fontes de energia. Para detalhes, ver Cepal (2013) e Hiratuka e Sarti (2016).

46 Os interesses geopolíticos em torno do setor energético em geral, e do petróleo em particular, não podem jamais ser negligenciados nas análises do IDE chinês. Para detalhes sobre o apoio do Estado chinês à internacionalização das empresas chinesas desse setor, ver Corrêa (2015).

47 De acordo com um diretor do Itaú BBA, “Vemos os investimentos chineses [para o Brasil] acontecendo em ondas. Primeiro, eles entraram em recursos naturais, depois energia e agora infraestrutura, principalmente portos e aeroportos” (OESP, 2017).

que, entre o início de 2015 e metade de 2017, 30% do IDE que entrou no Brasil para fusões e aquisições teve origem na China.<sup>48</sup>

Por fim, vale mencionar um último “efeito China” sobre os investimentos diretos estrangeiros direcionados ao Brasil, qual seja, sobre aqueles que têm origem nos países centrais. Pelos motivos discutidos anteriormente, o Brasil deixa de ser visto como uma plataforma de produção de bens manufaturados para a América Latina (e mesmo para o mercado interno), gerando uma tendência à redução do IDE de países centrais na indústria brasileira.

Vistos os dois principais vetores originários dos impactos da economia chinesa sobre a brasileira – comércio exterior e IDEs<sup>49</sup> –, passa-se a seguir à avaliação dos canais macroeconômicos de transmissão desses efeitos.

### Canais macroeconômicos de transmissão dos efeitos

Os canais macroeconômicos de transmissão dos efeitos da economia chinesa sobre a brasileira podem ser verificados essencialmente por meio dos preços macroeconômicos e do dinamismo da demanda agregada (e, particularmente, do investimento agregado).

No curto prazo, o efeito primário sobre a demanda agregada foi positivo para o Brasil. Em primeiro lugar, porque a grande demanda chinesa por commodities agrícolas e minerais e a decorrente elevação nos preços desses produtos<sup>50</sup> permitiu os expressivos superávits comerciais supramencionados.

---

48 A crise brasileira atual tem evidentemente acelerado esse processo de desnacionalização das empresas, com efeitos de médio/longo prazo que serão claramente nocivos à economia nacional.

49 Seria possível acrescentar um terceiro vetor originário, relativo aos empréstimos chineses para o Brasil. Considerando apenas os empréstimos para o governo federal, o BNDES e a Petrobras, os volumes concedidos pela China, no ano de 2015, ultrapassaram os US\$ 10 bilhões, com concentração nos setores de petróleo e soja (Myers et al., 2016). O aumento dessas linhas de financiamento está certamente ligado a uma “geopolítica monetário-financeira”, que procura colocar a China como grande credora da economia internacional. Por limites de espaço, esse importante tema não será tratado neste artigo. Para os dados sobre os empréstimos chineses para a América Latina, ver Gallagher e Myers (2015) – e a base de dados dos autores, que dá origem ao artigo.

50 Embora a elevação dos preços das commodities tenha também outras causas – inclusive financeiras –, é inquestionável a importância da demanda chinesa, associada, em grande medida, ao processo de urbanização destacado na primeira seção deste artigo. Nota-se, portanto, a combinação dos efeitos *quantum* e *preço* na configuração desse saldo comercial brasileiro com a China.

Em segundo lugar, porque a capacidade chinesa de produzir bens manufaturados a baixo custo significou uma mudança de preços relativos que favoreceu enormemente a aquisição desses bens pela classe trabalhadora. De fato, a incorporação de uma parcela outrora marginalizada no “mercado de consumo de massa”, verificada nos governos Lula e Dilma,<sup>51</sup> resultou da queda do desemprego e da elevação da renda média, mas também desse barateamento dos bens industriais proporcionado pela manufatura chinesa. É inegável, portanto, que o aumento do poder aquisitivo das famílias brasileiras na primeira década do século deveu-se também a esse comércio exterior com a China.

Adicionalmente, em um contexto de abundância de liquidez internacional, os superávits comerciais – associados ao dinamismo econômico engendrado no Brasil e às elevadas taxas de juros nacionais – estimularam a entrada de volumosos recursos também pela conta financeira e apostas no mercado futuro que resultaram na contínua apreciação do real. Essa queda da taxa de câmbio, associada ao barateamento dos produtos manufaturados, contribuiu para o expressivo aumento dos salários reais médios no Brasil. Todos esses canais (aumento das exportações líquidas, do consumo e, associadamente, dos investimentos) configuraram a contribuição do “efeito China” às razoavelmente altas taxas de crescimento do PIB brasileiro no período 2004-2010.<sup>52</sup>

No médio prazo, porém, os resultados macroeconômicos não foram apenas positivos, e a variável-chave a ser analisada é o investimento agregado. De fato, a dinâmica econômica engendada no Brasil por esses “efeitos China” resulta em duas principais consequências sobre as taxas de investimento no país. Em primeiro lugar, há um óbvio estímulo aos investimentos em setores ligados à exploração de recursos naturais (Bielschowsky, 2014).

Em segundo lugar, no entanto, há um igualmente evidente desestímulo aos investimentos na indústria. Como é notório, esses investimentos industriais são preponderantemente induzidos, ou seja, dependem das perspectivas de demanda e da capacidade utilizada. Ora, se o capitalismo contemporâneo funciona de forma crescentemente global, é também nessa esfera que os empresários vislumbram hoje a necessidade – ou a pertinência – de investir.

---

51 Para detalhes, ver Carneiro (2017).

52 Não se pretende com isso afirmar que qualquer dos fenômenos verificados – altas taxas de crescimento, apreciação da moeda etc. – tenha sido determinado exclusivamente pela interação com a China. O ponto a destacar é que a dinâmica da economia chinesa no período em tela contribuiu para esses fenômenos.

Em meio a uma crise internacional, que reduziu enormemente o ritmo de crescimento da demanda agregada global, e à continuidade – ou mesmo aceleração, em função das políticas anticíclicas praticadas – do aumento do estoque de capital na China, a capacidade ociosa nesse país cresceu em muitos setores (como visto na primeira seção deste artigo). Assim, muitas empresas estabelecidas no Brasil não terão estímulos para investir enquanto não for digerido esse excesso de capacidade na China. Em poucas palavras, no atual estágio de funcionamento do capitalismo global, o excesso de capacidade ociosa na China (ou em qualquer lugar do mundo) debilita o “mecanismo acelerador”<sup>53</sup> da indústria brasileira<sup>54</sup> e reduz o potencial de elevação da produtividade no país, em geral relacionado ao investimento industrial.<sup>55</sup>

De fato, o período 2004-2010 é ilustrativo da constituição de um círculo virtuoso, no Brasil, entre crescimento do consumo e crescimento do investimento; e o período 2011-2013 revela de forma eloquente os resultados de uma economia na qual o consumo das famílias continua crescendo, mas não é acompanhado pelo crescimento dos investimentos. Com a quebra da engrenagem determinada pelo mecanismo acelerador, o círculo virtuoso se rompe; aumenta a parcela da demanda doméstica que “vaza” para o exterior; e o “efeito China” sobre os indicadores macroeconômicos brasileiros mostra também seus aspectos negativos.

Esses canais macroeconômicos transmitem, portanto, os impactos do comércio exterior e do IDE sobre o conjunto da economia brasileira, determinando importantes resultados estruturais.

## Resultados estruturais

### 1) *Estrutura produtiva*

Desenvolvidas as análises de alguns dos “efeitos China” sobre a economia brasileira, chega-se àquele que é aqui considerado o mais importante deles: as consequências sobre a estrutura produtiva brasileira. Para aqueles que clamam pela irrelevância da composição setorial da produção de um país (e.g. Pessoa, 2014), esse efeito não deve ser considerado um problema. Porém, para aqueles

---

53 Por “mecanismo acelerador”, entende-se o efeito de um crescimento da demanda agregada sobre o investimento agregado.

54 Essa “arbitragem entre investimento e importações” é tratada em Sarti e Hiratuka (2017).

55 Como sugere a lei de Kaldor-Verdoorn, que trata do caráter pró-cíclico da produtividade.

que percebem o papel central da indústria para a economia nacional – em linha com as tradições cepalina ou kaldoriana –, não há como evitar a inquietação. Seja olhando para o produto nacional, seja – principalmente – olhando para a pauta do comércio exterior, é patente um processo que pode até não ser retilíneo, mas aponta em uma direção muito clara, a fragilização da indústria brasileira ao longo do século XXI.<sup>56</sup> A competição com a China, associada ao posicionamento dos preços macroeconômicos – notadamente das taxas de câmbio e de juros – no Brasil nas últimas décadas levou a indústria brasileira a adaptar-se, tornando-se crescentemente importadora e financeirizada.<sup>57</sup> Se as consequências macroeconômicas dessa indústria fragilizada já foram discutidas anteriormente neste artigo (enfraquecimento do mecanismo acelerador), convém destacar também seus efeitos negativos sobre a estrutura do emprego na economia (com substituição de empregos industriais por empregos de menor qualidade nos serviços), sobre as possibilidades de desenvolvimento tecnológico, sobre o balanço de pagamentos e assim por diante.

No entanto, essa reespecialização produtiva não se restringe apenas a uma perda da importância relativa do setor industrial em comparação com outros (em favor dos serviços, no que concerne à composição do PIB; e em favor das matérias-primas agrícolas e minerais, no tocante às exportações), mas também a mudanças na composição interna a cada setor. Na indústria, notam-se perdas de elos produtivos notadamente nos bens de capital, bens intermediários e setores característicos do paradigma tecnoeconômico da eletrônica; com esse desadensamento, a indústria brasileira vai ficando cada vez mais ausente dos nichos de alta tecnologia e dos mercados mais dinâmicos da economia global. No setor agrícola, a elevada demanda por commodities acentua a histórica

---

56 A participação da indústria no PIB brasileiro já foi superior a 20% e atingiu, em 2015, 11,4% (dados do IBGE). A participação de conteúdo importado na indústria brasileira, que era de cerca de 16% no início do século, esteve em torno de 23% em 2016 (dados da CNI). A participação dos manufaturados no total das exportações brasileiras, que era de 59,1% em 2000, caiu para 38,1% em 2015 (dados da Funcex). O saldo da balança comercial industrial, que era equilibrado no início da década passada e chegou a ser superavitário entre 2002 e 2007, tornou-se crescentemente negativo desde então, fechando 2015 em US\$ -27,8 bilhões (dados do MDIC).

57 Fenômenos globais, mas com traços particulares no Brasil. Para detalhes sobre as mudanças sofridas pela indústria brasileira no período recente – com abordagens distintas –, ver Sarti e Hiratuka (2017); Diegues e Rossi (2016) e Cano (2014 e 2012). Para o papel da China na desindustrialização brasileira, ver Jenkins (2015).

tendência de priorização do *agrobusiness* (latifúndios com monocultura) em relação à agricultura familiar, com notáveis consequências ecológicas e sociais.

## 2) *Vulnerabilidade externa*

Por fim, é absolutamente crucial avaliar os impactos desses “efeitos China” sobre a vulnerabilidade externa do Brasil. Por um lado, é claro o protagonismo da China na configuração das condições internacionais – principalmente a dinamização do comércio global e a associada abundância de liquidez internacional – que permitiram ao Banco Central do Brasil a estratégia de massivo acúmulo de reservas internacionais, que em princípio reduzem a vulnerabilidade externa.<sup>58</sup>

Por outro lado, as mudanças na estrutura produtiva apresentadas anteriormente ensejam uma maior suscetibilidade da economia brasileira aos movimentos da economia global. Como mostra a história, economias assentadas em commodities tornam-se excessivamente dependentes de seus preços. Como também mostra a história, os preços das commodities são muito voláteis, de forma que essa excessiva dependência configura um risco não desprezível. Como, por fim, mostra a história, a fragilidade da estrutura industrial tende a resultar em repetidos momentos de restrição externa. Nada novo, portanto, na história do país, mas uma preocupação que foi negligenciada no período de *boom* das commodities e euforia econômica.

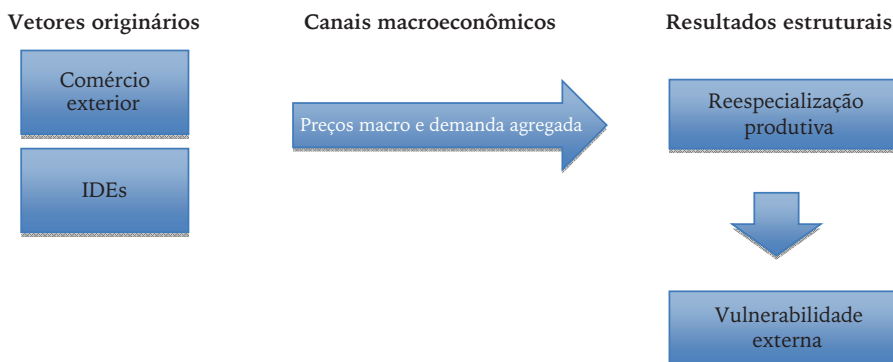
A crise atual reapresenta com novas tintas uma evidência que não deveria ter sido jamais esquecida: a inserção – produtiva e financeira – do Brasil na economia global continua configurando um quadro de extrema vulnerabilidade para o país; e a adaptação da economia brasileira diante da mundialização e de todos os “efeitos China” analisados acima – ou à “nova divisão internacional do trabalho”, que tem na China a principal manufatura do mundo – não faz senão acentuar muitos aspectos (notadamente ligados à estrutura produtiva) desse quadro de extrema vulnerabilidade.

Nota-se, portanto, que essa nova realidade da economia internacional e os efeitos decorrentes da atual articulação com a China são de fato muito importantes para o conjunto da economia brasileira e podem ser esquematizados da seguinte forma (Esquema 1):

---

58 De 2004 a 2012, as reservas internacionais brasileiras passaram de algo em torno de US\$ 50 bilhões para um patamar superior a US\$ 370 bilhões.

Esquema 1: Encadeamento dos efeitos



Fonte: Elaboração própria.

## Considerações finais

O artigo procurou mostrar de forma sumarizada os principais traços da extraordinária trajetória da economia chinesa no século XXI. No entanto, uma perspectiva histórica revela dois aspectos óbvios, mas nem por isso menos impressionantes (além de cruciais para toda investigação que se debruce sobre o tema). O primeiro é que o país cresce a taxas muito superiores à média global já há quase setenta anos. O segundo é que não é a primeira vez que o Estado chinês planeja e efetiva mudanças importantes em sua economia; os anos de 1949, 1978 e 1992 foram marcos de transições estruturais não triviais e bem-sucedidas naquilo que se propuseram fazer. A despeito do progressivo processo de ampliação da dita “economia de mercado”, a manutenção de um Estado forte – e que conta com eficientes instrumentos à sua disposição, como bancos públicos, controles de capital e grandes empresas públicas – e a louvável prática de estabelecer planos de longo prazo permitem-lhes lidar com desajustes, enfrentar crises e efetuar alterações estruturais em sua economia de forma muito mais eficiente do que outros países. Será necessário acompanhar com atenção a transição em curso – e os desafios de curto e médio prazo para a dinâmica de crescimento da economia chinesa, discutidos na primeira seção deste artigo –, mas convém não desprezar a capacidade chinesa de sentir as pedras e atravessar o rio com segurança, como na célebre expressão de Deng Xiaoping.

Essa clareza nos objetivos e no planejamento de longo prazo aparece também na relação da China com o Brasil. Do ponto de vista geopolítico, seu principal interesse no Brasil é o apoio para a estruturação de uma “nova ordem internacional”, que passe pelos Brics e por um maior espaço para a atuação chinesa na América Latina (região historicamente orientada para os EUA, mas que se vincula crescentemente à China).<sup>59</sup>

Do ponto de vista econômico, os objetivos chineses no Brasil são primordialmente: 1) no tocante aos bens, abastecer-se de commodities agrícolas e minerais brasileiras, bem como ter acesso ao mercado interno brasileiro para a venda de bens industriais chineses (inicialmente bens de consumo de baixa tecnologia, mas progressivamente caminhando para bens de mais alta tecnologia e bens de capital);<sup>60</sup> 2) no tocante aos ativos, a aquisição de terras, jazidas minerais, empresas do setor de energia<sup>61</sup> e demais empresas potencialmente compradoras de bens intermediários e de capital chineses, assim como melhorar a infraestrutura do Brasil (notadamente de transportes) para o escoamento das commodities.

Portanto, seja pela via do comércio, seja pela via dos IDEs, o resultado estrutural dessa relação econômica com a China, com as características com que ela hoje ocorre, é o aprofundamento da especialização produtiva no Brasil e, em decorrência, o aumento de sua vulnerabilidade externa. Para a China – e, na verdade, para a grande maioria dos agentes econômicos internacionais, sobretudo dos países centrais –, o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho, apresentado acima, é muito claro; e ele vem se efetivando. Mas não faz o menor sentido responsabilizar a China pelos efeitos de sua economia sobre a estrutura produtiva brasileira. Eles refletem, de fato, a forma como o Brasil se inseriu na economia global e sua incapacidade histórica de alterar sua posição na DIT.

De fato, esses “efeitos China” só potencializam aquilo que já estava inscrito no processo de mundialização erigido sobre uma estrutura centro-periferia, nas reformas liberais iniciadas nos anos 1990 e mesmo na estratégia do pensamento econômico liberal, que defende o aproveitamento das

---

59 Processo que pode ser até auxiliado (ainda que de forma involuntária) pela postura do governo Trump com relação à América Latina.

60 Para detalhes, ver Nogueira (2012) e Milaré e Diegues (2016).

61 No caso específico do setor de petróleo, com a ambição adicional de assimilar tecnologia, em especial aquela aplicada à exploração de petróleo em alto-mar.



“vantagens comparativas”. No entanto, as “vantagens comparativas” chinesas foram – e vão sendo – *construídas* pelo processo aqui mostrado, enquanto o Brasil optou por outra trajetória em que se olha menos para o longo e mais para o curto prazo.

Nos governos Lula – de forma bem tímida – e Dilma – de forma um pouco mais explícita – houve alguns esforços para o fortalecimento do setor industrial, mas que se mostraram totalmente insuficientes diante do quadro internacional contemporâneo e do arranjo macroeconômico vigente, resultando no processo de fragilização do setor e de regressão produtiva debatidos neste texto. Agora, com o governo Temer, que não apresenta qualquer tipo de prioridade no que diz respeito às características da estrutura produtiva brasileira e defende que o Brasil deve explorar as complementaridades com a economia chinesa (leia-se, assumir fielmente seu papel na DIT), o processo de regressão produtiva deverá ser ainda mais intenso. Afinal, lidar com essa complexa situação dentro de marcos liberais, sem um mínimo de coordenação estatal, significará o aprofundamento inequívoco de um processo que vai se tornando cada vez mais difícil de ser revertido. Assim, antes da clássica reflexão sobre o que somos e o que poderíamos ser, é necessária, portanto, a discussão sobre o que queremos que sejamos e o que queremos ser.

## Referências bibliográficas

- BALTAR, C.; PRATES, D. Brazilian Export Dynamism and the Threat of Chinese Exports from 2008 to 2012. *Workshop on Currency Hierarchy*, Berlim, 2014.
- BANCO MUNDIAL. *China Economic Update*. Macroeconomic and Fiscal Management Global Practice. Washington (D.C.): Banco Mundial, 2015.
- BARBOSA, A. China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. In: LEÃO, R. et al. (Orgs.). *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: Ipea, 2011.
- BIELSCHOWSKY, R. Estratégias de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. In: CALIXTRE, A. et al. (Orgs.). *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: Ipea, 2014.
- BRANDÃO, C. M. *As transformações no modelo de desenvolvimento chinês e seus impactos na estrutura produtiva: será o fim da “China barata”*. Sorocaba, 2016. Dissertação (Mestrado) – UFSCar.
- CANO, W. A desindustrialização no Brasil. *Texto para Discussão*, IE/Unicamp, 200, jan. 2012.

- CANO, W. (Des)Industrialização e (sub)desenvolvimento. *Texto para Discussão*, IE/Unicamp, 244, set. 2014.
- CARNEIRO, F. Fragmentação internacional da produção e cadeias globais de valor. *Texto para Discussão*, Ipea, 2097, jun. 2015.
- CARNEIRO, R. Navegando a contravento: uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do governo Dilma Rousseff. *Texto para Discussão*, IE/Unicamp, 289, mar. 2017.
- CASSIOLATO, J.; PODCAMENI, M. G. B. As políticas de ciência, inovação e tecnologia na China. In: CINTRA, M. A. M.; SILVA FILHO, E. B.; PINTO, E. C. (Orgs.). *China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.
- CEPAL. *Chinese foreign direct investment in Latin America and the Caribbean: China-Latin America cross-council taskforce*. (Working document.) Nov. 2013.
- CHINA-BRAZIL Business Council (CBBC). *Chinese investments in Brazil from 2007-2012: a review of recente trends*. CBBC/IDB, 2013.
- CINTRA, M. A. M.; PINTO, E. C. China em transformações: transição e estratégias de desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, v.37, n.2(147), p.381-400, abr.-jun. 2017.
- CINTRA, M. A. M.; SILVA FILHO, E. B.; PINTO, E. C. Introdução. In: CINTRA, M. A. M.; SILVA FILHO, E. B.; PINTO, E. C. (Orgs.). *China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.
- CORRÊA, A. P. Industrialização, demanda energética e indústria de petróleo e gás na China. In: CINTRA, M. A. M.; SILVA FILHO, E. B.; PINTO, E. C. (Orgs.). *China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.
- CONFERÊNCIA das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). *World Investment Report 2012: Towards a New Generation of Investment Policies*. Genebra: UNCTAD, 2012.
- DIEGUES, A. C.; ROSSI, C. Além da desindustrialização: transformações no padrão de organização e acumulação da indústria em um cenário de “Doença Brasileira”. *Anais do XXI Encontro Nacional de Economia Política*, 2016.
- EUROPEAN Chamber. *China Manufacturing 2025: Putting Industrial Policy Ahead of Market Forces*. European Chamber, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Overcapacity in China: an Impediment to the Party’s Reform Agenda*. European Chamber of Commerce in China. Roland Berger, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Overcapacity in China: Causes, Impacts and Recommendations*. European Chamber of Commerce in China. Roland Berger, 2009.
- GALLAGHER, K.; MYERS, M. *China-Latin America Finance Database*. Washington (D.C.): Inter-American Dialogue, 2015.
- GEREFFI, G.; HUMPHREY, J.; STURGEON, T. The governance of global value chains. *Review of International Political Economy*, v.12, n.1, p.78-104, fev. 2005.
- HANCOCK, T. China encircles the world with One Belt, One Road strategy. *Financial Times* (Special Report Asian Infrastructure & Trade), 2017. Disponível em: <<https://>

- www.ft.com/content/0714074a-0334-11e7-aa5b-6bb07f5c8e12>. Acesso em: 18 ago. 2017.
- HIRATUKA, C.; SARTI, F. Relações econômicas entre Brasil e China: análise dos fluxos de comércio e investimento direto estrangeiro. *Revista Tempo do Mundo*, Ipea, v.2, n.1, jan. 2016.
- HU, A. Embracing China's "new normal": why the economy is still on track. *Foreign Affairs*, mai./jun. 2015.
- JENKINS, R. Is Chinese competition causing deindustrialization in Brazil? *Latin American Perspectives*, v.42, n.6, nov. 2015.
- LAZONICK, W.; LI, Y. *China's Path to Indigenous Innovation*. Working Paper, Annual Conference of the Society for the Advancement of Socio-Economics, jun. 2012.
- LARDY, N. *Sustaining China's Economic Growth after the Global Financial Crisis*. Washington (D.C.): Peterson Institute for International Economics, 2012.
- LI, B. China's President Xi Jinping's opening address of G20 Summit: a new blueprint for global economic growth. *Global Research*, 2016. Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/chinas-president-xi-jinpings-opening-address-of-g20-summit-a-new-blueprint-for-global-economic-growth/5543895>>. Acesso em: 12 set. 2017.
- LUO, Y.; XUE, Q.; HAN, B. How emerging market governments promote outward FDI: Experience from China. *Journal of World Business*, 45, 2010, p.68-79.
- KANG, Y.; JIAN, F. FDI location choice of Chinese multinationals in East and South-east Asia: Traditional economic factors and institutional perspective. *Journal of World Business*, 47, 2012, p.45-53.
- MATHAI, K. et al. *China's changing trade and the implications for the CLMV economies*. Washington (D.C.): FMI, 2016.
- MEDEIROS, C. A. A China como duplo polo na economia mundial e a recentralização asiática. *Revista de Economia Política*, v.26, n.3, 2006, p. 381-400.
- \_\_\_\_\_. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. In: FIORI et al. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- MILARÉ, L.; DIEGUES, A. C. As contribuições de Mao Tsé-Tung para a industrialização chinesa. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v.16, n.2, mai.-ago. 2012.
- \_\_\_\_\_. Há uma revolução na estrutura produtiva chinesa? *Revista Economia e Políticas Públicas*, v.4, n.1, jan.-jul. 2016.
- MONTEIRO NETO, A. Dilemas do desenvolvimento na China: crescimento acelerado e disparidades regionais. *Textos para Discussão*, Ipea, 1126, out. 2005.
- MYERS, M.; GALLAGHER, K.; YUAN, F. *Chinese Finance to LAC in 2015: Doubling Down*. Boston/Washington (D.C.): BU Global Economic Governance Initiative and Inter-American Dialogue, 2016.
- NOGUEIRA, I. Cadeias produtivas globais e agregação de valor: a posição da China na indústria eletroeletrônica de consumo. *Revista Tempo do Mundo*, v.4, n.3, dez. 2012.
- \_\_\_\_\_. Políticas de fomento à ascensão da China nas cadeias globais de valor. In: CINTRA, M. A. M.; SILVA FILHO, E. B.; PINTO, E. C. (Orgs.). *China em transfor-*

- mação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.
- NOLAN, P. Globalisation and industrial policy: the case of China. *The World Economy*, 2014.
- O ESTADO de S. Paulo (OESP). China já investiu R\$ 60 bilhões na compra de empresas no Brasil desde 2015. *OESP*, 11 set. 2017.
- ORGANIZAÇÃO para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OECD). *Science, Technology and Innovation Outlook 2016*. Paris: OECD Publishing, 2016.
- PAULINO, L.; PIRES, M. As relações entre China e América Latina frente ao novo normal da economia chinesa. *Revista Economia e Políticas Públicas*, v.4, n.1, jan.-jul. 2016.
- PERKINS, D. History, politics, and the sources of economic growth: China and the East Asian way of growth. In: FUMIO, I. (Ed.). *China in the Twenty-First Century: Politics, Economy, and Society*. Tóquio: United Nations University Press, 1997.
- PESSOA, S. Indústria e câmbio. *Folha de S.Paulo*, 9 mar. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2014/03/1422788-industria-e-cambio.shtml>>. Acesso em: 17 fev. 2017.
- POPOV, V. *Mixed Fortunes: An Economic History of China, Russia, and the West*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- SANTOS, L.; MILAN, M. Determinantes dos investimentos diretos externos chineses: aspectos econômicos e geopolíticos. *Revista Contexto Internacional*, v.36, n.2, p.457-486, jul.-dez. 2014.
- SARTI, F.; HIRATUKA, C. Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais. *Texto para Discussão*, IE/Unicamp, 290, abr. 2017.
- SINGH, A. The plan, the market and evolutionary economic reform in China. *Discussion Papers*, UNCTAD, n.76, dec. 1993.
- ZANA, E. O papel do setor externo no crescimento da economia chinesa (1978-2008). Campinas, 2016. Dissertação (Mestrado) – IE/Unicamp.
- ZHANG, L. Rebalancing in China – progress and prospects. IMF Working Paper WP/16/183. FMI (departamento para Ásia e Pacífico), 2016.